

# Percepção dos professores da rede regular de ensino sobre os problemas visuais e a inclusão de alunos com baixa visão

## *Teachers' perception about vision illness and the inclusion of low vision students*

Aparecida Tapia Maruyama<sup>1</sup>, Paulo Ricardo Souza Sampaio<sup>2</sup>, José Ricardo Lima Rehder<sup>3</sup>

### RESUMO

**Objetivo:** Verificar e analisar o conhecimento a respeito dos problemas visuais e do tema baixa visão entre os professores da rede regular de ensino, justificando a importância do pedagogo especializado como elo de ligação entre o médico oftalmologista e a escola. **Métodos:** *Survey* descritivo e documental, onde foi aplicado um questionário a 230 professores que atuam na rede regular de ensino, de primeira a quarta série do Ensino Fundamental I da cidade de Santo André (SP). **Resultados:** Foram respondidos 123 (53,5%) questionários. Quando perguntados se tinham recebido alguma orientação técnica a respeito de como lidar com alunos com baixa visão 21,1% respondeu afirmativamente, 95,9% acredita que o aluno com baixa visão tem dificuldades para aprender e 43,9% não sabe como encaminhar a serviço oftalmológico especializado. **Conclusão:** A falta de conhecimentos técnicos a respeito de como atuar diante do aluno com baixa visão justifica a importância do pedagogo especializado em baixa visão e cegueira (Visopedagogo), como elemento imprescindível para a educação inclusiva, na equipe multidisciplinar do médico Oftalmologista.

**Descritores:** Baixa visão; Cegueira; Saúde escolar; Conhecimentos, atitudes e prática em saúde; Questionários; Ensino fundamental e médio

<sup>1</sup> Pedagoga, Pós-graduanda strictu-sensu da Faculdade de Medicina do ABC – FMABC – Santo André (SP), Brasil;

<sup>2</sup> Chefe do Setor de Visão Subnormal da Disciplina de Oftalmologia – Faculdade de Medicina do ABC – FMABC – Santo André (SP), Brasil;

<sup>3</sup> Professor Titular de Oftalmologia da Faculdade de Medicina do ABC – FMABC – Santo André (SP), Brasil.

Trabalho realizado como dissertação de Mestrado da Faculdade de Medicina do ABC – FMABC – Santo André (SP), Brasil.

Recebido para publicação em: 9/3/2009 - Aceito para publicação em 25/4/2009

## INTRODUÇÃO

O Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999<sup>(1)</sup>, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, garantindo o acesso de deficientes à rede escolar convencional, pública ou particular. Mas, a frase mais ouvida pelos pais até o ano de 2005 foi: “Nós não temos profissionais adequados para trabalhar com seu filho!”\*.

Desde então o número de alunos com necessidades especiais está aumentando nas salas de aula do Brasil. E esse crescimento da chamada educação inclusiva pode ser notado na rede pública de ensino\*\*.

Para que ocorra inclusão escolar do aluno com baixa visão, com critério, é importante que ele vivencie experiências significativas, tenha sua autoestima trabalhada e fortalecida através de um trabalho pedagógico onde consiga lidar com seus limites, frustrações e capacidades, além de proporcionar-lhe o exercício consciente da cidadania<sup>(2,4)</sup>.

O objetivo deste trabalho é verificar e analisar o conhecimento a respeito dos problemas visuais e do tema baixa visão entre os professores da rede regular de ensino, justificando a importância do pedagogo especializado como elo de ligação entre o médico oftalmologista e a escola. O pedagogo especializado em baixa visão tem papel importante nesse processo, pois esclarece a avaliação clínico-funcional ou seja os dados quantitativos e qualitativos do exame ocular realizado pelo médico, orientando os pais, os professores e a equipe escolar onde o aluno estuda quanto às dificuldades oculares e a utilização de auxílios ópticos, não ópticos e tecnológicos<sup>(2,5,6)</sup>.

Através deste estudo será possível compreender a necessidade de incluir os custos gerados por este profissional no sistema de saúde pública e sistemas de apurações de despesas de clínicas oftalmológicas privadas, planejando e viabilizando medidas econômicas que gerem condições assistenciais adequadas a essa população.

## MÉTODOS

O tipo de estudo utilizado foi o *survey* descritivo e documental, onde foi aplicado um questionário como técnica de coleta de dados a 230 professores que atuam na rede regular de ensino, de primeira a quarta série do ensino fundamental I da cidade de Santo André (SP).

Como variáveis dependentes foram pesquisados: reconhecimento de baixa visão, medida de acuidade visual, como o aluno utiliza o resíduo visual, auxílios ópticos – uso e restrições, informática adaptada, braille e sorobã.

As variáveis independentes assumiram aspecto somente descritivo.

## RESULTADOS

Foram entregues 230 questionários a professores de escolas da rede pública municipal de Santo André (SP) e, deste total, foram devolvidos devidamente respondidos 123 (53,5%).

A média da idade dos profissionais foi de 38 anos, variando de 21 a 61 anos de idade.

A média geral de tempo de magistério foi de 10 anos.

Quando perguntados se tinham recebido alguma orientação técnica a respeito de como lidar com alunos com baixa visão somente 21,1% dos entrevistados respondeu afirmativamente.

Do total, 73,2% não sabe o que é ambliopia, 68,3% acha que a criança deficiente visual estraga a visão se ler ou assistir televisão muito próximo, 95,9% acredita que o aluno com baixa visão tem dificuldades para aprender e 43,9% não sabe como encaminhar a criança a serviço oftalmológico especializado.

## DISCUSSÃO

Apesar do aumento crescente do número de alunos com necessidades especiais nas salas de aulas, o professor ainda mostra dificuldade para ensiná-lo e até mesmo para onde encaminhá-lo.

Poucos são aqueles com as orientações técnicas necessárias sobre deficiência visual, como mostra o estudo. Também, o médico oftalmologista, atarefado no dia a dia com seus pacientes, não encontra tempo e espaço para dialogar por longos períodos com os professores que atuam com o deficiente visual. Esta relação torna-se, portanto, conflituosa.

Neste processo de transição, a figura do pedagogo especializado em problemas visuais (e, já que são aceitas as especialidades de psicopedagogia e de neuropedagogia porque não denominá-lo visopedagogo) parece adequada.

Este profissional com seus conhecimentos a respeito de modelos de aprendizagem, técnicas de ensino, didática, baixa visão, braille, cegueira, auxílios ópticos e informática vincula áreas do saber tornando-se importante para o aluno, para o paciente, para o médico, para a família, para a escola e para a sociedade, conquanto também é o responsável pela inserção social e de mercado de trabalho do deficiente visual.

\* Jornal Nacional. Educação para deficientes. São Paulo: TV Globo; 2005 Set 19

\*\* Jornal Nacional. Número de alunos especiais aumenta nas escolas. São Paulo: TV Globo; 2009 Fev 16.

O mercado brasileiro dispõe deste pedagogo. São formados, tanto em nível de pós-graduação lato-sensu como de strictu-sensu nas melhores instituições de ensino universitário no Brasil. Conseguem, portanto, ser entendidos tanto pelo médico como pelo professor do ensino fundamental. Sua existência precisa ser divulgada e valorizada tanto pelas escolas como pelo oftalmologista.

É de suma importância incluir os custos gerados por este profissional no sistema de saúde pública e sistemas de apurações de despesas de clínicas oftalmológicas privadas, planejando e viabilizando medidas econômicas que gerem condições assistenciais adequadas para população deficiente visual.

### CONCLUSÃO

A (ainda) falta de conhecimentos técnicos adequados a respeito de como atuar diante do aluno com baixa visão e cegueira justifica a importância do pedagogo especializado em baixa visão (visopedagogo), como elemento imprescindível para a educação inclusiva, na equipe multidisciplinar do médico oftalmologista.

### ABSTRACT

**Objective:** *The object of this study was recognized the knowledge about vision illness and low vision between teachers and the relationship between ophthalmologists and school. Methods:* Descriptive survey, including questions to 230 teachers who were working at fundamental I schools, in Santo André city - SP. **Results:** *Hundred twenty-three questions (53,5%) were answered. When the teachers were asked about some training on how to deal with students vision illness; 21,1% answered confirmed the training; 95,9% believe that the students have difficult learning and 43,9% don't know how to deal*

*and indicate a doctor appointment. Conclusion:* *The right technical knowledge about the students vision illness, justify the necessity of a pedagogical working on blindness and low vision to adapted and including the students, in the multidiscipline ophthalmologist doctor.*

**Keywords:** *Vision, low; Blindness; School health; Health knowledge, attitudes, practice; Questionnaires; Education, primary and secondary*

### REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Educação. Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Legislação de educação especial na [Internet]. Brasília (DF); 1999 [citado em 2009 Fev 26]. [18p]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3298.pdf>
2. Masini EFS, Gasparetto MERF, organizador. Visão subnormal: um enfoque educacional. São Paulo: Vetor; 2007.
3. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília (DF): MEC/SEF/SEESP; 1999.
4. Ribeiro MLS, Baumel RCRC, organizador. Educação especial: do querer ao poder fazer. São Paulo: Avercamp; 2003.
5. Masini EFS, organizador. A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores. São Paulo: Vetor; 2007.
6. Corsi, MGF. Visão subnormal: intervenção planejada. São Paulo: M.G.F. Corsi; 2001.

---

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

**Aparecida Tapia Maruyama**  
**Rua Benjamin Reis nº 56 – apto 31 – Bloco 16**  
**CEP 03178-060 – São Paulo - SP**  
**Telefax : (11) 2601-7021**  
**E-mail: maruyamatapia@uol.com.br**